

Buscando consertar o sistema eleitoral

Verificando as proposições legislativas do senador Jefferson Péres, pode-se perceber que grande parte delas se refere a motivações para tentar consertar o tortuoso sistema político-eleitoral brasileiro. Sua última participação ocorreu no projeto aprovado em 14 de maio deste ano, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, que torna obrigatória, durante as campanhas eleitorais, a divulgação dos nomes dos candidatos que sejam réus em processos criminais ou que respondam a representações por quebra de decoro parlamentar. Era relator da matéria de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

“Entendemos, como o autor, que a busca, pelos poderes públicos, da otimização do grau de informação do eleitorado, para fins de propiciar condições satisfatórias de escolha de candidatos a cargos eletivos, se impõe como requisito de cidadania, civismo e exercício democrático. É importante, ainda, assinalar que ensejar informações importantes ao eleitor é uma das formas de concretização do eminente princípio democrático, proclamado em nossa Carta Política”, afirma o parecer do senador Jefferson Péres.

Busca rápida



Um visão ampla da política do Brasil

O cientista político Paulo Kramer destacou que sob a bandeira da ética da política, Jefferson Péres defendeu ao longo de sua vida pública propostas para a modernização política, econômica e social do Brasil. Em política externa, ele propunha uma inserção soberana e madura do Brasil no cenário internacional

SAÍDA RÁPIDA

Na memória do deputado federal Silas Câmara (PSC) ficará a defesa de Péres com relação a aprovação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). “Quando os técnicos do governo queriam convencer que não traria prejuízo para a ZFM, ele saiu do sério, subiu nas tamancas questionou os técnicos, que se creditavam nas suas afirmações, por que não adicionavam a lista negativa (lista de produtos que não estariam incluídos na implementação das ZPEs exclusivas da Zona Franca de Manaus). Foi uma saída rápida de um senador que sempre estava muito ligado nessas questões”, recordou Câmara.

Péres é um dos responsáveis pela Lei de Responsabilidade Fiscal, aquela que limita os gastos dos agentes públicos com folha de pagamento e outros custos; tem participação em grande parte da Reforma do Judiciário como o modelo de funcionamento e estrutura do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão de Controle Externo do Poder.

Colaborou Emerson Quaresma